

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

11

天
十
三
一
二
三
四
五
六
七
八
九
十
十一
十二
十三
十四
十五
十六
十七
十八
十九
二十

ligação é o principal objectivo. Creio bem que está perfeitamente realizada a esperança do Autor: que a Obra se «revele uma mina para os que se querem ocupar com o mundo conceptual do Antigo Testamento e sobretudo dos Salmos» (p. 11).

José Nunes Carreira

ROLF GUNDLACH-CHRISTINE RAEDLER (ed.), *Selbstverständnis und Realität*. Akten des Symposiums zur ägyptischen Königsideologie in Mainz 15.-17.6.1995 (Ägypten und Altes Testament, 36,1), Harrassowitz, Wiesbaden 1997. ISBN 3-447-03965-5

O volume transcreve as Actas das jornadas sobre a ideologia régia do antigo Egipto, promovidas pelos egiptólogos de língua alemã. O tema é bem actual. É que, ao lado da legitimação do poder político em geral, a estrutura e evolução da realeza, incluindo aspectos parcelares como a coroação, é um problema central de quase todas as disciplinas históricas, sobretudo para as idades Média e Moderna. A mesma questão se vem pondo na investigação da história pré-clássica, com relevo para o Egipto faraónico, mas a que nem a Pérsia aqueménida nem o pequeno Israel escapam.

Assinalando esta actualidade, R. Gundlach traça em «Zu Inhalt und Bedeutung der ägyptischen Königideologie» (pp. 1-8) o que julga ser a estrutura fundamental da ideologia régia faraónica: a bipolaridade do título que revela a sua qualidade representante do deus Sol na terra (Hórus) e dos que evocam o seu papel e poder de rei – «O das duas Senhoras», carregado da potência de duas deusas, e «Hórus de Ouro», resplandecente do ouro de Hórus.

No estudo seguinte, o mesmo autor aprofunda a reflexão em «Die Legitimation des ägyptischen Königs – Versuch einer Systematisierung» (pp. 11-20), contrapondo fundamentalmente legitimação divina e legitimação jurídica, salientando no âmbito da última a designação do futuro rei pelo antecessor, tão importante que alguns faraós, casos de Amenemhat I e Hatshepsut, a tiveram de inventar *a posteriori*. Legitimações políticas foram as de Hatshepsut e Horemheb, que, com ou sem oráculos, justificaram o poder que de facto já exerciam. A legitimação política mais importante é, porém, a sucessão genealógica. Mas não bastava ser filho do rei anterior para reclamar o trono. Dá a necessidade de outras legitimações, à cabeça das quais a escolha divina e a aquisição da filiação divina na coroação, pelas quais o faraó desempe-

nha as funções do deus Sol na terra. Mais discutível é a legitimação por acção, em que não se distingue se tal acção deve ser anterior, concomitante ou posterior à subida ao trono. «Não conheço nenhum caso, pelo menos até ao fim da era dos Ramsés, em que esta legitimação por acção tenha desempenhado algum papel, uma vez que o rei tinha subido ao trono» (p. 12).

Louise Gestermann propõe nova interpretação das esculturas de Sesóstris III: «Sesostris III – König und Nomarch» (pp. 37-47). Passando em revista as variadas interpretações das mais de cem cabeças do faraó, resumidas ao binómio retrato ou idealização, com leituras de «desilusão», «arrogância», «intrepidez», «dureza», «determinação» e «falta de compaixão», a Autora busca a solução na evolução histórica do reinado: Sesóstris III, com a centralização do poder, transformou a província num «ermo», sem dirigentes. Para colmatar essa orfandade política, quis apresentar-se aos súbditos como nomarca. Não que fosse menos absoluto ou mais próximo do povo que os antecessores. Mas quis dar essa imagem na estatuária, o meio de propaganda mais eficaz.

Para outras questões, todas elas interessantes, há que remeter para a leitura ou estudo dos trabalhos. Dois estudos afloram o faraonato do tempo dos Ptolemeus: Günther Kölbl, «Zur Legitimation der Ptolemäer als Pharaonen» (pp. 21-34) e Philippe Derchain, «La différence abolie: Dieu et Pharaon dans les scènes rituelles ptolémaïques» (pp. 225-232).

Na secção «Política: teoria e realidade», pode ler-se Claudia Maderna-Sieben, «Der König als Kriegsherr und oberster Heerführer in den Eulogien der frühen Ramessidenzeit» (pp. 49-79); Karola Zibelius-Chen, «Theorie und Realität im Königtum der 25. Dynastie» (pp. 81-95).

Na secção «Descrições do rei», o primeiro trabalho é dedicado à «relação entre ideologia régia e soberania feminina»: Silke Roth, «Königin, Regentin oder weiblicher König? Zum Verhältnis von Königsideologie und 'female sovereignty' in der Frühzeit» (99-123), John Baines, «Kingship before literature: the world of the king in the Old Kingdom» (pp. 125-174); Detlef Franke, «"Schöpfer, Schützer, Guter Hirte": Zum Königsbild des Mittleren Reiches» (pp. 175-209).

Encerra o volume um utilíssimo Índice analítico.

Quando a história política deixou, há muito e felizmente, de monopolizar a atenção de estudantes e investigadores, é saudável esta lufada de ar fresco sobre as estruturas mentais do antigo Egipto.

José Nunes Carreira